

*Por:
Carolina Tulim*

G100 e o Deputado Celso Maldaner buscam a regulamentação da Lei 13.137 junto ao Mapa.

Acompanhado do diretor-executivo da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios (G100), Wilson Massote Primo, o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Bovinocultura de Leite, deputado federal Celso Maldaner (PMDB-SC), participou no fim da tarde desta terça-feira (7), em Brasília, de uma audiência com o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Dr. Caio Rocha; e com o diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Mapa, Arno Jerke Júnior. Na pauta do encontro, questões referentes à regulamentação da Lei 13.137/15, que trata sobre a monetização do crédito presumido do PIS/Cofins sobre o leite, permitindo também às cooperativas o acúmulo dos créditos, como já ocorre com as sociedades empresariais.



De acordo com o texto, a liberação dos créditos estará condicionada à destinação de 5% dos recursos em programa de apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite. Ficará à cargo do Mapa a aprovação do projeto para a realização destes investimentos, que servirão para auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade. "A preocupação do setor é com a regulamentação das questões a cargo do Mapa, sobretudo no apoio à criação destes projetos. Por isso, solicitamos ao secretário Caio Rocha que atue junto aos técnicos do Mapa para

estruturar uma plataforma interna e definir diretrizes e metodologias a serem empregadas na criação dos projetos", explica o deputado.

De acordo com Wilson Massote Primo, do G100, trata-se de uma oportunidade ímpar de destinar parte do imposto para o desenvolvimento da atividade leiteira, no entanto, é preciso que haja um debate amplo com o segmento de modo a promover as regulamentações necessárias e evitar que as empresas sejam prejudicadas. "Caso o projeto apresentado não seja aprovado, a empresa ou cooperativa poderá usar apenas 20% do crédito presumido. Por isso, nossa solicitação é pelo apoio à produção dos projetos e também um olhar especial aos pequenos produtores, laticínios e cooperativas", explica Wilson. Caio Rocha adiantou que o Ministério irá mapear os técnicos presentes em todo País para saber de que maneira eles poderão auxiliar neste processo, além de iniciar o trabalho também internamente com a equipe do Mapa.

Para debater mais profundamente o assunto, o G100, com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Bovinocultura de Leite, promove nesta quinta-feira (9), a partir das 14h, no Plenário 16 da Câmara dos Deputados, em Brasília, uma reunião técnica com a presença de consultores e especialistas no tema. "Durante toda a tarde, debateremos os aspectos técnicos e regulamentatórios desta nova legislação, com vistas à produção de um parecer técnico, tributário e jurídico a ser entregue posteriormente aos ministérios da Agricultura e da Fazenda", explica Maldaner.

